

Artículo de investigación

Cómo citar: Arenhaldt, R., Herz, M., Zitkoski, J., Diefenthaler, E., Hammes, L., Dos Santos, N., Sfredo, B., Tomazzoni, C., Lampert, C., Safady, H., Da Rosa, N., Castro, R., Porciuncula, V., Da Silveira, C., Gonzales, L., y Garcia, J. (2021). Universidades emergentes no Brasil: experiências da Unila, UFSB e UFFS. *Praxis Pedagógica*, 21(31), 34-56. <http://doi.org/10.26620/uniminuto.praxis.21.31.2021.34-56>

ISSN: 0124-1494

eISSN: 2590-8200

Editorial: Corporación Universitaria Minuto de Dios - UNIMINUTO

Recibido: 20 febrero 2021.

Aceptado: 18 abril 2021.

Publicado: 4 julio 2021.

Conflicto de intereses: los autores han declarado que no existen intereses en competencia.

Rafael Arenhaldt

Doutorado, UFRGS

rafael.arenhaldt@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-0424-1990>

Brasil

Maria Elly Herz Genro

Doutorado, UFRGS

mariaherz.1305@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3330-2158>

Brasil

Jaime José Zitkoski

Doutorado, UFRGS, jaime.jose@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0003-1266-2039>

Brasil

Elizabeth Diefenthaler Krahe

Doutorado, UFRGS, elzkrahe@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5890-5107>

Brasil

Lúcio Jorge Hammes

Doutorado, UNIPAMPA

luciohammes@unipampa.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-0658-4628>

Brasil

Nádia Fátima dos Santos Bucco

Doutorado, UNIPAMPA

nadiabucco@unipampa.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-4639-5733>

Brasil



Universidades emergentes no Brasil: experiências da Unila, UFSB e UFFS

Universidades emergentes en Brasil: experiencias de Unila, UFSB y UFFS

Emerging universities in Brazil: experiences of Unila, UFSB and UFFS

Resumo

Este ensaio é resultado da pesquisa *Universidade, Formação Política e Bem Viver: Estudo dos Projetos de Universidades Emergentes no Brasil* tendo por cenário as experiências de três universidades recentemente criadas no Brasil: a Universidade da Integração Latino Americana (Unila), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Destaca elementos históricos disruptivos nos processos de construção das universidades brasileiras e seus movimentos instituintes em contextos emergentes, com foco nas dimensões da interdisciplinaridade; da articulação ensino, pesquisa e extensão e do diálogo com a comunidade. Para tanto, este ensaio de abordagem qualitativa consistiu em análise bibliográfico-documental das instituições estudadas em diálogo com Goergen, Laval, Martins, Santos e Trindade. Os resultados apontam que essas universidades acompanharam as tendências atuais da universalização da educação superior, inclusiva, interdisciplinar e com compromisso social. No Brasil essas experiências caminham entre as “certezas do passado e incertezas do futuro”, cientes de que ações governamentais com mudanças constitucionais, cortes nos orçamentos e restrições às liberdades acadêmicas e à autonomia universitária, representam um retrocesso nas construções que emergiram destes novos projetos de universidade.

Palabras clave: Universidade; Ensino Superior; Experiências; Emergentes.

Resumen

Este ensayo es el resultado de la investigación *Universidad, Formación Política y Vivir Bien: Un Estudio de los Proyectos de las Universidades Emergentes en Brasil* con el telón de fondo de las experiencias de tres universidades de reciente creación en

Bernardo Sfredo Miorando

Doutorado, UFSCPA
bernardo.sfredo@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7556-1684>
Brasil

Camila Tomazzoni Marcarini

Mestrado, UFRGS
camailatm@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2176-888>
Brasil

Claudete Lampert Gruginiskie

Mestrado, UFRGS
claudlampert@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4782-5339>
Brasil

Henrique Safady Maffei

Doutorado, SMED Porto Alegre
hsmaffei@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-1047-9687>
Brasil

Nilson Carlos da Rosa

Mestrado, UFRGS
nilson.rosa1981@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5885-3554>
Brasil

Renata Castro Gusmão

Mestrado, UFRGS
renatagusmao.poa@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0416-1429>
Brasil

Vanessa Porciuncula

Mestrado, UFRGS
vanessa.porciuncula@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7622-6135>
Brasil

Carlos Alessandro da Silveira

Graduação, UFRGS
c.a.s@hotmail.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-0927-7941>
Brasil

Lilo Gonzales Dermann

Graduação, UFRGS
lilodermann@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4179-3073>
Brasil

Jurema Garcia Machado

Graduação, UFRGS,
jurema1960machado@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5943-6250>
Brasil

Brasil: la Universidad de Integración Latinoamericana (Unila), la Universidad Federal de la Frontera Sur (UFFS) y la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB). Destaca elementos históricos disruptivos en los procesos de construcción de las universidades brasileñas y sus movimientos instituyentes en contextos emergentes, centrándose en las dimensiones de la interdisciplinariedad; la articulación de la enseñanza, la investigación y la extensión y el diálogo con la comunidad. Para ello, este ensayo de enfoque cualitativo consistió en el análisis bibliográfico y documental de las instituciones estudiadas en diálogo con Goergen, Laval, Martins, Santos y Trindade. Los resultados indican que estas universidades han seguido las tendencias actuales de universalización de la educación superior, inclusiva, interdisciplinaria y con compromiso social. En Brasil, estas experiencias caminan entre las "certezas del pasado y las incertidumbres del futuro", conscientes de que las acciones del gobierno con los cambios constitucionales, los recortes presupuestarios y las restricciones a las libertades académicas y a la autonomía universitaria, representan un retroceso en las construcciones surgidas de estos nuevos proyectos universitarios.

Keywords: Universidad; educación superior; experiencias; emergentes.

Abstract

This essay is the result of the research *University, Political Formation and Living Well: A Study of the Projects of Emerging Universities in Brazil* against the backdrop of the experiences of three universities recently created in Brazil: the University of Latin American Integration (Unila), the Federal University of Southern Border (UFFS) and the Federal University of Southern Bahia (UFSB). It highlights disruptive historical elements in the processes of construction of Brazilian universities and their instituting movements in emerging contexts, focusing on the dimensions of interdisciplinarity; of articulation of teaching, research and extension and of dialogue with the community. To this end, this qualitative essay consisted of a bibliographic-documentary analysis of the institutions studied in dialogue with Goergen, Laval, Martins, Santos and Trindade. The results indicate that these universities have followed the current trends of universalization of higher education, inclusive, interdisciplinary and with social commitment. In Brazil, these experiences walk between the "certainties of the past and uncertainties of the future", aware that government actions with constitutional changes, budget cuts and restrictions to academic freedoms and university autonomy, represent a setback in the constructions that emerged from these new university projects.

Keywords: University; Higher Education; Experiences; Emerging.

Universidade: introdução e questões emergentes

O presente artigo resulta de investigação em âmbito interinstitucional, iniciada em 2017, coordenada por professores da Faculdade de Educação da UFRGS em colaboração com seus orientandos e pesquisadores externos à UFRGS atuantes na Pesquisa: *“Universidade, Formação Política e Bem Viver: Estudo dos Projetos de Universidades Emergentes no Brasil”* (2003-2014). Nesta pesquisa focamos em três universidades criadas no início do século XXI: (i) a Federal da Fronteira Sul (UFFS), (ii) a da Integração Latino Americana (Unila) e (iii) a Federal do Sul da Bahia (UFSB). O estudo tem relevância para políticas públicas e institucionais, pois estas de *universidades emergentes* foram projetadas e construídas como dinâmicas alternativas aos modelos convencionais, num compromisso social com as regiões onde radicadas, constituindo modelos alternativos de desenvolvimento humano e social.

O estudo evidencia aspectos relacionados à abrangência do universo das Instituições de Ensino Superior (IES), seu significado histórico de movimentos instituintes de novas possibilidades e novos formatos da universidade, a serem repensados na sua radicalidade. No atual contexto de pandemia, de complexidade e urgência, em que se aprofundam crises múltiplas e globais de natureza sanitária, política, econômica e social, consideramos importante dar visibilidade ao sentido público da universidade e seu papel social em todas as suas atividades. Conforme Santos (2010) a universidade pública pode unir o tempo presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos que produz e a formação que desenvolve. Esta realidade precisa ser potencializada para contribuir na construção de projetos para o país, inclusivo, democrático e soberano. Assim, na perspectiva de pensar a universidade como locus de experimentação de outros modos de viver/pensar, sonhar/imaginar a vida na coletividade, este estudo analisa e discute o papel social da instituição universitária no atual contexto brasileiro, historicamente marcado por profundas desigualdades sociais e elitização do acesso à educação superior.

Considerando as experiências das universidades analisadas, explicitamos as seguintes questões: (i) existe potencial inovador no diálogo com a sociedade? (ii) a configuração curricular evidencia mudanças na perspectiva da interdisciplinaridade? (iii) a organização institucional objetiva projeto de formação que articule ensino, pesquisa e extensão?

A análise documental foi priorizada, oferecendo indicadores e leituras críticas sobre a temática, dialogando com o contexto atual da educação superior brasileira em seus desafios de afirmação da autonomia universitária, democratização do acesso e da relação universidade e sociedade. A metodologia referenciada na *hermenêutica do texto* (Ricoeur, 1986), refere-se a análise dos documentos no contexto histórico-social e cultural e as interpreta a partir das três ideias-força constitutivas do processo da análise interpretativa: a perspectiva da interdisciplinaridade, a relação universidade-comunidade e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O artigo está organizado em quatro partes: (i) contextualização histórica, destacando a constituição de novas experiências de ensino superior no Brasil e abordando seus movimentos e interrupções; (ii) discussão da relação entre a lógica neoliberal e o contexto universitário, problematizando suas tensões; (iii) análise dos movimentos instituintes das três universidades em questão, com foco no diálogo com sociedade, a interdisciplinaridade e relação ensino, pesquisa e extensão e, por fim, (iv) aponta os tensionamentos da relação recente entre as políticas educacionais, ações governamentais e a universidade no Brasil, destacando os cortes orçamentários, o ataque às liberdades acadêmicas e à autonomia universitária que representam um retrocesso nas construções que emergiram destes novos projetos de universidade.

Projetos Emergentes Na História Da Educação Superior No Brasil: Movimentos E Interrupções

A história da universidade no Brasil é marcada pela elitização, colonialidade do poder-saber e a tentativa de construção de novos modelos de universidade. A oferta deficitária da educação superior em nosso país tem raízes históricas, pois educar a população nunca esteve nos planos da colonização portuguesa: “al contrario de exportar sus universidades tradicionales (Coimbra y Lisboa), prefirió ofrecer becas de estudio para que brasileños se diplomaran en la Metrópolis, formando con eso una élite colonial laica, con perfil jurídico y homogénea ideológicamente” (Trindade, 2013, p. 4).

A educação superior no Brasil surge com as marcas do colonialismo e do eurocentrismo (Solano-Alpizar, 2015).

Formação elitista e voltada para a capacitação profissional, de acesso restrito às camadas sociais mais elevadas. Ao longo do século XX novas tentativas de romper com este modelo tiveram como marco a reforma de Córdoba, em 1918, protagonizada por estudantes argentinos, propondo novos paradigmas para as universidades.

Destacamos três experiências importantes que marcam a construção da universidade brasileira: Universidade de São Paulo (USP), 1934; Universidade do Distrito Federal, 1935, no Rio de Janeiro e a Universidade de Brasília, 1962. Para Trindade (2013) essas experiências paradigmáticas, mesmo reconhecidas internacionalmente, tiveram dificuldades na implantação e interrupções nos projetos originais. A USP, pioneira na implantação da universidade moderna no Brasil: "...fue la matriz de lo que se convenció llamar posteriormente 'universidad de investigación'." (Trindade, 2013, p. 10). Na sua criação estavam em disputa duas propostas, segundo Franklin (2014): a primeira, do "liberalismo ilustrado", Fernando de Azevedo, pretendia universidade inclusiva, autônoma, democrática e pública; a segunda, "liberalismo tecnocrático", com perfil "bacharelesco", tornou-se projeto hegemônico na instituição. A Universidade do Distrito Federal (UDF), com caráter crítico, questionador e integrador, foi fechada após três anos, pois não convinha ao governo do período da ditadura Vargas. Seu fundador e mentor, Anísio Teixeira, afastado de suas funções públicas à frente da Secretaria de Educação. A UnB, "com a promessa de reinventar a Educação Superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país" (Universidade de Brasília, 2019), ideais de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Experiência golpeada pela ditadura militar.

Quando Darcy Ribeiro criou a Universidade de Brasília - UnB tinha em seu projeto a ideia de uma "universidade semente" capaz de refletir e gerar o desenvolvimento do País. Esta Universidade, necessária para o País, realizaria a conciliação da produção de conhecimento com as necessidades sociais brasileiras, concretizando o sentido utópico transformador da Universidade. (Sousa Júnior, 2012, p. 7)

Entre 1945-1965, o ensino superior público no Brasil, teve crescimento significativo, federalização de algumas instituições estaduais (Martins, 2009). Em 1968 a reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) representou um momento marcante para a educação superior no Brasil. Concomitante a modernização das instituições públicas de educação superior, especialmente

as universidades federais, houve perseguições e expurgos de pesquisadores/pensadores contrários à ditadura militar, pois a centralização do poder e fragmentação das IES foi a marca desse período histórico. Contudo, o acesso ainda restrito, ocasionou o fortalecimento do setor privado no atendimento às demandas existentes (Martins, 2009).

No período da redemocratização no Brasil, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e Planos Nacionais de Educação (2002 e 2014), resultaram nos seguintes princípios: autonomia universitária, democratização do acesso, indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e fortalecimento da função social da educação superior. O Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 13.005/2014 estabeleceu doze metas visando ampliação de matrículas na educação superior, criando vinte estratégias específicas para expansão dessa modalidade de ensino na busca da melhoria qualitativa e quantitativa das instituições e dos cursos ofertados, tanto para vagas de cursos de graduação quanto para demais índices dos cursos de especializações, mestrados e doutorados.

O século XXI caracteriza-se como período de democratização da educação superior pública no Brasil, significando ampliação do acesso, políticas de permanência, criação de novas universidades públicas e partilha de poderes. Essa dinâmica contribui para a implantação da política de cotas para estudantes de escola pública e de baixa renda, a população negra e indígena e, posteriormente, pessoas com deficiência. Representa, para além do acesso, política de reparação histórica em país com imensas desigualdades sociais e raciais. Destas políticas resultam as universidades emergentes que compõem a pesquisa, onde identificamos não apenas processos de interiorização, igualmente modelos alternativos reforçando o compromisso social com a educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade. Também evidenciamos a construção de formação referenciada na realidade brasileira e latino-americana, numa perspectiva de superação das desigualdades e descolonização.

Corroboramos a ideia de Solano-Alpízar (2015): é necessário descolonizar a educação, premissa básica para construir uma sociedade mais solidária. As universidades emergentes sinalizam um contraponto às políticas hegemônicas neoliberais que fortalecem a mercantilização da educação superior.

Neoliberalismo e universidade: tensões entre mercado e democracia

O fim da ditadura civil-militar no Brasil e a redemocratização do país deram-se num período de consolidação do neoliberalismo enquanto nova racionalidade (Dardot & Laval, 2016) com implicações diretas para o ensino superior. O avanço do neoliberalismo nos últimos anos têm representado a consolidação de tempos sombrios. Se por um lado acompanhamos a aceleração da modernidade em diversos aspectos, como o intenso desenvolvimento técnico-científico, a intensificação da capacidade produtiva, os avanços no campo da saúde e a potencialização da mobilidade humana e de informação; por outro, vivenciado uma intensa degradação das relações sociais e humanas (Cattani, 2019). Esse processo leva à devastação do meio ambiente aliada à concentração cada vez maior de riqueza e poder, que se baseiam no aumento da superexploração do trabalho e o conseqüente embrutecimento da condição humana.

Sobre o neoliberalismo nos aproximamos da ideia de Dardot and Laval (2016): o neoliberalismo vai muito além de uma política econômica ou social, é nova razão do mundo, reconfiguração social. Compreender assim permite pensar quais são as disputas que estão colocadas para a construção de um outro mundo possível, mais equânime, justo, democrático.

Os tempos atuais proclamam novos desafios para as universidades, espaços de pensar e repensar o conhecimento/valores e suas responsabilidades. Goergen (2010), analisando a formação superior premiada entre o mercado e a cidadania, indica que as pressões sobre o sujeito fazem com que este busque na educação superior uma formação competente adequada ao mercado. Assim, para aqueles que acreditam na educação como bem público e com a responsabilidade de formar profissionais-cidadãos, cabe perguntar, o que significa educar no atual contexto? Para o autor, formar indivíduos com vista ao mundo do trabalho é uma função essencial da educação superior, mas que, para além dos aspectos profissionais que envolvem essa formação, existem dimensões ético-políticas do ser humano a serem consideradas com a devida importância. Nesse sentido, Goergen (2010) considera que:

Universidade e empresa são instituições de natureza e com objetivos distintos. Uma se destina a fabricar produtos, a outra a gerar conhecimentos, a formar pessoas e promover o desenvolvimento individual, social e cultural. Portanto, os

critérios de avaliação também devem ser diferenciados em ambos os casos. Os conceitos de produtividade e eficiência, tal como são comumente usados nos processos avaliativos das empresas, são estranhos às instituições de Educação Superior porque ela não se destina a produzir, mas a formar. (p. 23).

Para fortalecimento da educação superior como bem público, no Brasil, a legislação da educação superior sinaliza fortalecimento dos investimentos em educação pública, universalização da educação básica e democratização do ensino superior (Plano Nacional de Educação - PNE II 2014-2024). A meta 12 propõe expansão da oferta, atender a 50% de matrículas da população entre 18 e 24 anos (IES públicas com 40% de matrículas da graduação). Meta 20: propõe 10% do PIB investido em educação; objetivo de democratizar e fortalecer o ensino público¹.

Constatamos que desde 2004 a taxa líquida de matrículas na graduação aumentou, e de 2016 a 2017 apresentou queda. A Emenda Constitucional 95 (Brasil, 2016) que congela os investimentos em diversas áreas com base no orçamento do ano imediatamente anterior (incluindo educação) durante 20 anos, foi aprovada em dezembro de 2016. Na defesa da educação superior como bem público, entendemos que a universidade tem um papel e um sentido fundamental e estratégico: na construção do processo formativo; na construção do conhecimento socialmente referenciado; no aprofundamento da democracia como superação das desigualdades sociais; e no debate público sobre alternativas ao desenvolvimento regional articulado ao projeto de país justo e inclusivo.

Movimentos de democratização do acesso à universidade: experiências em estudo

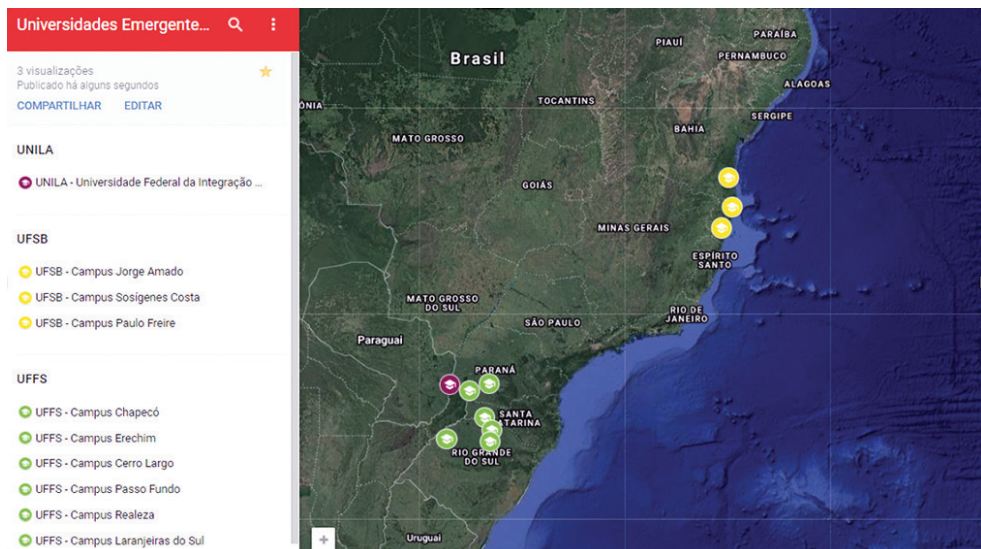
No processo de democratização do acesso à educação superior, destacamos o documento do Ministério da Educação intitulado “Democratização e expansão da Educação Superior no país

.....
1 Apesar dos esforços de ampliação da oferta pública, das políticas de democratização do acesso no período de 2004 a 2015, permanece a lógica do mercado consubstanciada na predominância da educação superior privada. Existe desproporção em relação às organizações acadêmicas: 199 universidades brasileiras (8,1% do total de IES), são responsáveis por 53,6% das matrículas. As faculdades (82,5% das IES), matriculam apenas 25% dos alunos (Brasil, 2018b). Portanto, as universidades são extremamente relevantes para a formação no ensino superior, além da importância social na integração de ensino, pesquisa e extensão.

2003-2014” (Brasil, s/d). Em dez anos houve um crescimento de 7,3 milhões de matrículas e no orçamento total nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de 5 bilhões para aproximadamente 40 bilhões. Considerando a oferta de cursos de graduação, passamos de 16.505 em 2003, para 32.049 em 2013. Programas como o *Universidade para todos (Prouni)* em 2005 e o *Reestruturação do Ensino Superior (Reuni)* em 2007 são exemplos dessas políticas de expansão. Acompanhado disso, a criação de 18 novas universidades federais e 173 novos campi universitários federais pelo interior do país. Cabe destacar que, no mesmo período, ocorreu um importante investimento em regiões mais desassistidas, ou seja, as regiões Norte e Nordeste, caracterizando atenção à democratização do acesso. Das universidades criadas, no contexto destas políticas, destacamos algumas características destas instituições, que são *locus* da nossa investigação.

Na UFFS, houve importante processo de democratização do acesso à universidade. A experiência, vivenciada desde 2009, é representativa ao tratar das questões relacionadas à educação superior voltada para a inserção das classes populares no meio acadêmico. A UFFS abrange a região Sul do Brasil: Paraná,

Figura 5. Localização dos campi da Unila, UFFS e UFSB



Fuente: MyMaps, Google, elaborado pelos autores (2021).

Santa Catarina e Rio Grande do Sul; caracteriza-se regionalmente através de atuação multicampi abrangendo: o norte do Rio Grande do Sul (municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo); o oeste de Santa Catarina, (município de Chapecó), e o Sudoeste do Paraná e seu entorno (municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza).

Com identidade popular e democrática, a UFFS projetou seus cursos de graduação e pós-graduação, definindo prioridades em cada região. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão com os objetivos voltados para a democratização do acesso e socialização do conhecimento socialmente significativo para o empoderamento das classes populares nos espaços onde atua. Assim, a UFFS é fortemente marcada pelo anseio e luta efetiva para consolidar-se como universidade pública e popular. Uma das principais marcas é a sua interiorização, situada em locais mais distantes dos grandes centros urbanos dos três estados da região sul. Além da especificidade geográfica, a marca do Projeto efetivo da UFFS é o trabalho com as comunidades, aproveitando a cultura popular de cada região para fortalecer os vínculos e laços de cooperação e solidariedade nas formas de construir os projetos locais e regionais de desenvolvimento social sustentável.

Já a Unila começou sua estruturação em 2007 pela Comissão de Implantação², tendo como proponente de criação o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Itaipu. O IMEA na UFPR foi incubador da Unila, movimento político de materialização institucional.

No livro “Unila em Construção”, Trindade (2009) ressalta que o grande desafio da instituição é contribuir, por meio da educação compartilhada e solidária entre os povos da América Latina, para criar um espaço de integração Latino-Americana de reconhecimento da diversidade das identidades nacionais e dos processos que cimentam nossas raízes e destino comuns num mundo globalizado. A concepção da Unila, desde sua comissão de implantação, propõe avançar para a integração regional em três direções: integração (nacional e transnacional) de forma solidária e de respeito mútuo; compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável com justiça social e equilíbrio ambiental; e partilha de recursos e conhecimentos com professores e estudantes da América Latina.

.....
2 Instituída pela SESu/MEC (Portaria nº 43/2008), presidida pelo professor e ex-reitor da UFRGS, Hélgio Trindade

Por sua vez, a UFSB tem sua gênese na UFBA, através do Projeto de Universidade Nova, na reestruturação do ensino superior do período e originada num contexto que articula processos compreendidos como indissociáveis: expansão e interiorização da educação superior e políticas de ações afirmativas. A UFSB se localiza na região sul da Bahia, estruturada em três campi: Campus Jorge Amado, em Itabuna, o Campus Sosígenes Costa, em Porto Seguro, e o Campus Paulo Freire, em Teixeira de Freitas. A concepção político-pedagógica é amparada em: Anísio Teixeira, Paulo Freire, Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos.

A UFSB surge, sustentada pelo pensamento crítico-reflexivo, tendo como razão de ser a geração, difusão e compartilhamento de conhecimentos nos campos das ciências, humanidades, artes e culturas. A articulação entre os diferentes saberes e práticas objetiva o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça. Este horizonte aponta inovações no pensar e fazer a universidade, como rupturas epistemológicas e políticas na perspectiva do aprimoramento da condição humana.

Estas três instituições, oriundas do projeto de interiorização e expansão da universidade no Brasil, constituem proposta de formação ético-política e profissional de setores da sociedade, historicamente excluídos do ensino superior, contemplando populações distantes dos centros mais populosos, valorizando diversidades culturais, sociais, étnicas e de gênero. As experiências destas vêm fortalecer a função social da universidade em meio às mudanças do mundo globalizado. Nesse sentido, “não se poderá mais imaginar uma universidade isolada da comunidade política, dos seus problemas e necessidades, pois trabalhar na solução dos mesmos constitui sua razão de ser” (Goergen, 1996, p. 86).

Universidades emergentes: análises dos movimentos instituintes

Dialogando com o que foi descrito nos pontos anteriores e retomando as características distintas das Universidades Emergentes, buscamos, a seguir, delinear alguns aspectos a partir de três eixos centrais: (i) origem e estrutura organizativa; (ii) projetos inovadores; (iii) relações universidade-sociedade.

As universidades escolhidas apresentam elementos que se configuram dentro da perspectiva de reinvenção da universidade

brasileira, principalmente o esforço de superação do seu viés elitista e burocrático. Para isso, é imprescindível considerar que foram priorizadas políticas de Educação Superior no período (2003-2014) visando garantir a educação como investimento, não como gasto público, apoiando a expansão e interiorização das Universidades Federais e direcionando esforços para garantir condições adequadas ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

Nestas universidades emergentes ocorrem mudanças na estrutura organizacional, mais flexível e dinâmica; cultivando as relações mais horizontais e cooperativas, envolvendo plataformas de cooperação interinstitucional de projetos com atores comunitários, regionais, nacionais e internacionais. Um modelo de universidade que tem construído sua identidade enraizada na problemática social, na produção e socialização constante do conhecimento e voltada para impulsionar/alavancar o desenvolvimento e a integração regional, tanto para o Brasil, quanto para a América Latina:

la propuesta de un modelo de universidad como el que aquí se presenta puede propiciar nuevas estrategias de articulación, integración regional y permitir saltos de calidad en la producción y transferencia de nuevos conocimientos y aprendizajes, y con ello hacer probable una relación con los avances y fronteras del conocimiento que ocurren de manera extraordinaria y simultánea, dinámica y constante en todo el mundo. (Takayanagui, 2014, p. 558)

Portanto, as universidades emergentes assumiram o compromisso de liderar a discussão sobre a chamada “sociedade do conhecimento” com justiça e bem-estar social, alterando sensivelmente a sua forma de gestão e buscando atender às diferentes demandas da sociedade em geral. Nesse sentido, analisamos a seguir algumas categorias dialogando com outro modo de fazer universidade.

Universidades emergentes em diálogo: a relação com a comunidade

Destacamos formas de integração Universidade – Comunidade das experiências analisadas nos seguintes movimentos: incentivo ao desenvolvimento sustentável, integração regional e busca da transformação social impactando na qualidade de vida das pessoas indistintamente. O *Programa Fronteira em Movimento* da UFFS, objetiva proporcionar efetivas

contribuições aos grupos sociais envolvidos; contribuir com a sociedade em proposições que resultam no movimento de interação com a realidade e das condições apresentadas no contexto. Em outras palavras, busca fortalecer a mobilização e a interação da universidade com a comunidade e se vincula aos fins da instituição em contribuir com o desenvolvimento na sua região de abrangência (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020). As ações planejadas e executadas sob a luz da ciência podem contribuir para o desenvolvimento, bem como tornar significativa sua presença, demandada dos grupos socialmente organizados e desassistidos. Caracteriza-se como uma Universidade comprometida com a Educação Popular. Essa experiência se constitui num diálogo com diferentes movimentos sociais e atores locais que participam do Conselho Universitário.

A Unila emerge da cultura de participação de representantes de diferentes universidades da América Latina, de organismos estatais e da sociedade civil. Esse processo formativo contou com a participação dos diferentes países, refere a ideia de integração da América Latina através do respeito à identidade cultural e histórica de todos os países da região. Assim, o Brasil não exporta seu modelo para outros países, mas revaloriza as múltiplas experiências.

A UFSB estabelece forte relação com comunidades em que se situam seus *campi* através da integração ensino-serviço-comunidade nos cenários de práticas na formação interdisciplinar em saúde; na relação entre Universidade, redes de ensino e instituições escolares da Educação Básica do Sul da Bahia, via Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Cuni) e Complexos Integrados de Educação (CIE). Comprometida com a educação popular e pluriépistêmica, que possa responder à altura os desafios da crise humanitária. A incorporação dos Movimentos Sociais à UFSB, por meio do Conselho Estratégico Social e uma ampla consulta pública na região, bem como a articulação com os territórios foi a marca da sua gênese.

Universidades emergentes e os desafios da interdisciplinaridade

Considerando os projetos institucionais de origem das três universidades emergentes analisadas, constatamos a intencionalidade destas voltadas para a formação acadêmica, humana e social, caracterizadas pela proposição de arquiteturas

curriculares inovadoras, com interdisciplinaridade em seus projetos desde a concepção teórica até a efetivação prática das mesmas. Na Unila destaca-se o trabalho de integração cultural, iniciando na acolhida dos calouros oriundos dos diferentes países da nossa Latino América, com atividades na casa de estudantes e no campus, em Foz do Iguaçu, valorizando as culturas de origem dos estudantes e a integração latino-americana (música, danças, culinária, literatura, cinema, teatro). Organizada acadêmica e administrativamente inovadoramente, articulando Institutos e Centros de Ensino com uma concepção acadêmico-científica aberta aos avanços científicos, humanísticos e culturais. Como instituição federal pública brasileira pretende, com vocação transnacional, contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional, através de conhecimentos compartilhados, pesquisas avançadas em rede e formação de recursos humanos de alto nível. É desafio da Unila construir cultura interdisciplinar, de integração entre conhecimento científico e saberes das comunidades, em diálogo permanente.

Por sua vez, A UFFS, desde o seu projeto de origem, focou nas necessidades de cada região onde está inserida, desenvolvendo projetos de formação interdisciplinares voltados para as principais demandas das comunidades regionais. A vocação desta Universidade consiste em voltar-se às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, onde está instalada, configurando-se como Universidade Pública e Popular (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020) de qualidade, democrática, com dispositivos de inclusão, buscando a agricultura familiar como dinamizador do desenvolvimento. O critério para o ingresso: estudantes que cursaram o ensino médio na Escola Pública. E, conforme a realidade das regiões de abrangência dos Campi da UFFS, os discentes se caracterizam por serem filhos de pequenos agricultores da região e das classes populares urbanas (93%). A partir desse contexto acima, a UFFS inaugura projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para seu público.

Por fim, A UFSB segue os princípios da interdisciplinaridade oferecendo uma formação universitária ampla, pois compreende as seguintes unidades: (i) Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; (ii) Centros de Formação Profissional e Acadêmica; e (iii) a Rede Cuni. A estrutura acadêmica da universidade é composta por três ciclos: O primeiro deles é a etapa de formação geral e compreende o neo-quadrivium: línguas modernas, informática instrumental, pensamento lógico-interpretativo e cidadania planetária. Este ciclo é composto de Licenciaturas Interdisciplinares, Bacharelados Interdisciplinares e Cursos

Superiores de Tecnologia. O segundo ciclo é composto pelas diferentes graduações (ciências sociais aplicadas, ciências humanas, engenharias e ciências da saúde) com acesso efetivo ao mundo do trabalho, em que os estudantes desenvolvem atividades de ensino-aprendizagem em práticas e estágios de caráter profissionalizante. O terceiro ciclo compreende programas de mestrado profissional, de oferta própria ou conveniada com as instituições parceiras. Neste, são oferecidas como opções de formação Mestrados e Doutorados Acadêmicos e Profissionais. Todas essas etapas baseiam-se em metodologias ativas em equipes de ensino-aprendizagem, uso de tecnologias digitais e processos (auto)formativos, compondo as experiências dos sujeitos. Nessa perspectiva de formação interdisciplinar, a UFSB organiza suas atividades de formação geral, articuladas desde a Rede CUNI envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

Ao refletir e dialogar com a produção de dados empíricos, oriundos dos documentos institucionais, das três universidades em destaque, de modo particular com os documentos institucionais, importa trazer algumas considerações preliminares que mediaram o nosso olhar analítico e que dizem respeito ao movimento das IES em sua gênese, movimento de constituição inicial da instituição. Vale pensar como estas novas IES, institucionalmente, consideram e dialogam com os diferentes sujeitos coletivos, numa perspectiva de formação ético-política, analisando como as IES se organizam para desenvolver projetos que articulam pesquisa, ensino e extensão. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está consubstanciado na Carta Magna (Brasil, 1988). É fruto do movimento anterior, presente no contexto da abertura política e retomada do fortalecimento da sociedade civil, dos movimentos sociais e também das Universidades brasileiras.

No Artigo 207 (Brasil, 1988) destaca a concepção de ensino superior: “as instituições de Ensino Superior gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Embora pareça ser consenso a relevância do princípio da indissociabilidade nas IESs, sua aplicação não é nada simples. Alguns estudos, ao fazer um balanço da aplicação deste princípio, analisam que na própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) este princípio não foi reafirmado (Maciel, 2010) e chama atenção para embates e dificuldades

enfrentados na sua aplicação pelas políticas públicas oficiais, mostrando um cenário de desafio político-institucional. Nesse sentido, cabe problematizar se há interesse efetivo na execução do princípio da indissociabilidade por parte de algumas instituições e políticas públicas para o ensino superior.

Cabe destacar também que o princípio da indissociabilidade, muito mais do que algo que está na lei, é um princípio teórico. Trata-se de uma concepção de formação (integral e integrada) com a defesa de um outro modo de produzir conhecimento, fazer instituição e fazer formação. Acrescenta-se o recente processo de inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. Trata-se da Resolução nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme explicita o art. 3º, do capítulo I:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (Brasil, 2018a)

Destacamos que a resolução vem tensionando as IES a reestruturarem os Projetos Pedagógicos dos Cursos e que corporificam na práxis institucional o conceito de indissociabilidade e interdisciplinaridade.

Outrossim, a extensão e a pesquisa na formação do educador (Nogueira, 2004) assume a defesa de um projeto de educação integral e a Extensão na perspectiva que não se resume a “levar algo pronto”, portanto do espírito do diálogo como elemento constituinte, “aprimorar a reflexão em torno da irrevogabilidade do diálogo como metodologia da universidade, sendo a extensão o lugar próprio, como espaço comunicativo e como dialogicidade” (Nogueira, 2004, p. 14). O princípio da indissociabilidade pode ser compreendido, em nossa perspectiva, na noção de “ecologia de saberes” ou de uma “extensão ao contrário”, “às avessas” (Santos, 2010) que carrega em si a necessidade da universidade se repensar além de suas gavetas. A partir disso as experiências que apresentamos a seguir se pretendem inovadoras e emergentes.

Ao analisar os documentos institucionais da Unila percebemos que as práticas de ensino, pesquisa e extensão estão presentes nos princípios filosóficos e metodológicos e na gestão da

Unila. Destaca como princípios a interdisciplinaridade, a interculturalidade, o bilinguismo e o multilinguismo, a integração solidária e a gestão democrática. O objetivo é ir além da lógica de colonização do conhecimento e reforçar os saberes e a emancipação da América Latina e Caribe. Em relação à integração América Latina e Caribe, a língua é uma preocupação constante. Por conta disso, a universidade se institui como bilíngue nas três esferas: pesquisa, ensino e extensão. Para isso, um aspecto é o Programa de tutoria, no qual os professores auxiliam os estudantes no currículo, nas metodologias de estudo, nos programas de pesquisa e extensão e ainda nas possibilidades de atuação profissional.

Já o movimento analítico nas estruturas inovadoras da UFSB como estratégias de combate ao elitismo histórico e pela democratização da Universidade, consideramos, sobretudo, a Rede Cuni e os CIEs. Foi possível compreender o Cuni e o CIE enquanto espaços e tempos de sinergia entre a Universidade e a Comunidade, na perspectiva: da articulação da Universidade com a Educação Básica; dos fortes laços com a rede pública escolar, num formato bastante original e criativo, que se distancia em muitos elementos da estruturação e funcionamento convencional; da opção política e papel social da universidade; de uma Universidade com limites arejados, situada e posicionada social e ambientalmente, política, pedagógica e epistemologicamente.

Destaca-se que a UFFS “tem na extensão o principal canal de diálogo e interação com as comunidades de seu entorno, junto das quais volta-se ao entendimento dos principais problemas e a construção de alternativas para resolvê-los” (Universidade Federal da Fronteira Sul, 2020). Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a UFFS coloca que a política de extensão deverá “garantir uma política nacional de extensão, objetivando uma qualificação maior das suas atividades, bem como de retirar a extensão do papel secundário a que estava colocada no mundo acadêmico e educacional, onde a pesquisa e o ensino tinham papel preponderante”. Reafirma as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do compromisso com a transformação social; da interação dialógica e da interdisciplinaridade. Explicita em seu Regimento que as ações da extensão universitária da UFFS têm como objetivo garantir um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

Considerações finais

A partir da análise e interpretação das referidas propostas desenvolvidas nas universidades, buscamos dialogar com Freire (2015) para quem a educação tem a tarefa libertadora das relações culturais, sociais, políticas e econômicas diante dos condicionamentos que historicamente foram se desenhando. Dessa forma, buscamos delinear novos horizontes diante dos desafios na construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde se respeite a dignidade humana. A educação superior é um dos espaços para formar novos cidadãos e cidadãs que se comprometam com a construção dessa sociedade almejada, na urgência do nosso tempo.

A Universidade é uma instituição que acompanhou os paradigmas da modernidade (Leite et al., 2011) em suas bases filosóficas e culturais. Na América Latina, constituiu-se pela referência aos modelos europeus e norte-americanos, ou seja, em modelos exógenos transplantados de estruturação do pensar, do ser e conhecer, através da negação e não legitimação de tudo aquilo que é endógeno considerado como inferior, como “não ser”, em relação ao Ser, ao central, europeu-moderno.

Sendo assim, a universidade, na América Latina, caminha entre as “certezas do passado e incertezas do futuro” (Leite et al., 2011). É, portanto, urgente pensar alternativas para a Universidade latino-americana que perguntem pelo seu próprio pensamento, numa perspectiva de desenvolvimento das epistemologias próprias (Santos, 2010), através de uma Educação Superior, de uma universidade comprometida com a formação ética e política, de consciências democráticas e transformadoras. Nossa aposta, como um exercício de uma práxis cotidiana, valoriza o diálogo com o entorno social, processos democratizantes e perspectivas de produção de qualidade social/humana que potencializem conhecimentos, práticas significativas, vivências, afetos e consciências na construção de outros mundos possíveis.

Considerando a relevância das universidades emergentes, é importante lançarmos um olhar atento aos encaminhamentos dados pelos órgãos governamentais, principalmente os episódios como: a aprovação da Emenda Constitucional 95, os cortes nos orçamentos e o ataque às liberdades acadêmicas e autonomia universitária, representando significativo retrocesso. Por outro lado, esperamos que as construções que emergiram destes

novos projetos de universidade, se constituam em resistências e fortaleçam a universidade pública, livre, autônoma, laica, inclusiva, com pensamento crítico e fortemente imbricada na realidade social.

Referencias

- Brasil (1988). *Constituição de 1988 (Brasil)*. <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>
- Brasil (2016). *Emenda Constitucional 95*. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>
- Brasil (2018a). *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*.
- Brasil (2018b). *Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE – 2018*. INEP.
- Brasil (s/d). *A democratização e expansão da Educação Superior no país 2003 – 2014*. Ministério da Educação.
- Cattani, A. D. (2019). *Riqueza e desigualdade na América Latina*. Zouk Editora.
- Dardot, P., Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo Editorial.
- Franklin, L. S. (2014). *Universidade, Cidade, Cidadania*. Editora Hydra LTDA.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Goergen, P. (1996). A crítica da modernidade e a educação. *Revista Pró-Posições*, 7(2), [20], 5-28.
- Goergen, P. (2010). Formação superior: entre o mercado e a cidadania. In: Pereira, E. M. A. (Org.). *Universidade e currículo: perspectivas de educação geral*. Mercado de letras.
- Leite, D., Genro, M.E.H., Braga, A.M.S. (2011). *Inovação e Pedagogia Universitária*. Editora da UFRGS.
- Maciel, A.S. (2010). *Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão: Um balanço do período 1988-2008* [Tese de Doutorado]. UNIMEP.

- Martins, C.B. (2009). A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura Para o Ensino Superior Privado no Brasil. *Educ. Soc.*, 30(106), 5-35.
- Nogueira, A. (2004). *A extensão e a pesquisa na formação do educador*. Cabral Editora e Livraria Universitária.
- Ricoeur, P. (1986). *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica*. Rés, v.II.
- Santos, B.S. (2010). *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. Cortez.
- Solano-Alpízar, J. (2015). Decolonizing Education or Accepting the Challenge of Taking a Different Path. *Revista Electrónica Educare*, 19(1), 117-129. <https://doi.org/10.15359/ree.19-1.7>
- Sousa Júnior, J.G.(2012). *Da universidade necessária à universidade emancipatória*. Editora UnB.
- Takayanagui, A. D. (2014). La universidad en la sociedad del conocimiento: hacia un modelo de producción y transferencia de conocimientos y aprendizajes. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 19(3), 549–559. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772014000300002>
- Trindade, H. (1999). *Universidade em ruínas na república de professores*. Vozes.
- Trindade, H. (2013). Por un nuevo proyecto universitario: de la “Universidad en Ruínas” a la “Universidad Emancipatoria”. *Revista do IMEA UNILA*. Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- Universidade de Brasília – UnB (2021). *História*. <http://www.unb.br/a-unb/historia>
- Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. (2020). *Sítio institucional*. <https://www.uffs.edu.br/>

Declarações

- **Agradecimentos:** à Faculdade de Educação e à Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS pelo apoio institucional.
- **Financiamento:** o projeto contou com recursos de bolsa de iniciação científica.

- **Disponibilidade de dados e materiais:** equipe de pesquisadores da FAGED/UFRGS: Professores Rafael Arenhaldt, Maria Elly Henz Genro e Jaime José Zitkoski.
- **Contribuição dos autores:** considerando que se trata de uma pesquisa de caráter colaborativo e interinstitucional ao realizada ao longo dos últimos cinco anos, contou com a participação efetiva de docentes pesquisadores efetivos e aposentados da UFRGS, orientandos de mestrado, doutorado e iniciação científica, bem como pesquisadores externos de outras instituições de ensino e pesquisa brasileiros.
- **Aprovação ética e consentimento dos participantes:** o projeto foi devidamente aprovado pela Comissão de Pesquisa da FAGED/UFRGS e certificado pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS. A pesquisa não necessitou tramitação junto ao Comitê de Ética da UFRGS.
- **Conflito de interesses:** não existem conflitos de interesse de qualquer natureza.

Autores

Autores	
Rafael Arenhaldt	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que há dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones (3) Aprobación de la versión final.
Maria Elly Herz Genro	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que há dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones (3) Aprobación de la versión final.
Jaime José Zitkoski	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones (3) Aprobación la versión final.

Autores	
Elizabeth Diefenthaler Krahe	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Lúcio Jorge Hammes	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Nádia Fátima dos Santos Bucco	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Bernardo Sfredo Miorando	(2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Camila Tomazzoni Marcarini	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Claudete Lampert Gruginskie	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Henrique Safady Maffei	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Nilson Carlos da Rosa	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones
Renata Castro Gusmão	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión (2) Participación en la redacción del texto y en las posibles revisiones

Autores	
Vanessa Porciuncula	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión
Carlos Alessandro da Silveira	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión
Lilo Gonzales Dermann	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión
Jurema Garcia Machado	(1) Participación en la concepción y el diseño, o en la adquisición de los datos, o en el análisis e interpretación de los datos del trabajo que ha dado como resultado el artículo en cuestión